

Aula 5

SÍNTESE DAS AULAS ANTERIORES (1): PROBLEMATIZAÇÃO E ESQUEMATIZAÇÃO DO QUE FOI ESTUDADO ATÉ O MOMENTO.

META

Reconsiderar, a partir de nova esquematização ou formalização, problemas ou questões já discutidos nas outras aulas.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Explicitação via formalização ou esquematização de textos que já foram citados e atenção aos pontos que certamente demandam conhecimento prático, neste caso associado à capacidade de interpretar/esquematizar textos e argumentos, mas também conhecimento histórico e filosófico, nestes casos revisitando questões e problemas já apresentados em aulas anteriores.

PRÉ-REQUISITOS

Os pré-requisitos são a PACIÊNCIA e a ATENÇÃO para compreender os aspectos da aula, a capacidade de INTERPRETAR/ESQUEMATIZAR/COMPREENDER os textos ou raciocínios que foram mencionados nas outras aulas e a HABILIDADE para buscar na internet ou em material impresso certas palavras, conceitos, biografias, verbetes, imagens e partes de textos.

William de Siqueira Piauí

INTRODUÇÃO

Olá alunos e alunas da disciplina Lógica I, começaremos mais uma conversa sobre conceitos, expressões, princípios, temas, problemas, obras etc que dizem respeito ao que chamamos de Filosofia e História da Lógica. O que faremos a seguir pode ser dividido em três grandes partes: primeiro retomaremos a última aula sobre a silogística aristotélica e exploraremos um pouco mais esquemas que explicitam como deve ser pensada a validade dos silogismos; depois discutiremos a formalização de alguns argumentos condicionais a partir de determinada interpretação de partes dos textos de Platão, exploraremos seus aspectos formais, perguntando, evidentemente, por sua validade; por fim, esquematizaremos parte do jogo dialético presente no diálogo *Sofista*. Como ficará claro, trata-se principalmente de uma síntese da primeira unidade de Lógica I.

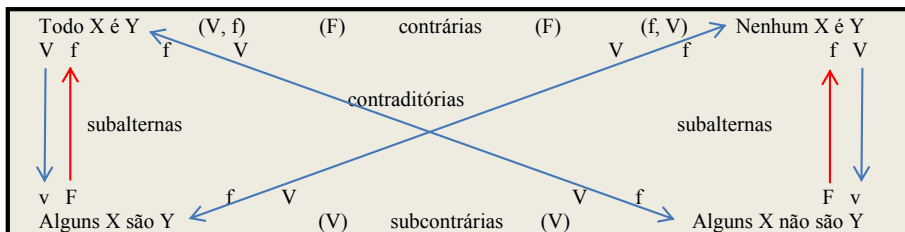
DESENVOLVIMENTO

Tendo em vista o primeiro exemplo de silogismo aristotélico que mencionamos, isto é, “Todas as quimeras (sujeito/objeto) cospem (verbo) fogo (predicado/objeto)”, “Toda quimera (sujeito/objeto) é (verbo) animal (predicado/objeto)”, “Logo, alguns animais (sujeito/objeto) cospem (verbo) fogo (predicado/objeto)” (RUSSELL, 1974, pp. 100-1); já estamos em condições de fornecer muitos dados sobre ele. Podemos dizer qual é sua figura, ou seja, dado que

“figura 1SP	figura 2PP	figura 3SS	figura 4PS
M P [ou S M]	P M [ou S M]	M P [ou M S]	P M [ou M S]
S M [ou M P]	S M [ou P M]	M S [ou M P]	M S [ou P M]
S	P S	P S	P S P”

se trata de “M (quimera) P (fogo), M (quimera) S (animal), logo S (animal) P (fogo)” ou, a partir da permuta das premissas, “M (quimera) S (animal), M (quimera) P (fogo), logo S (animal) P (fogo)”. Temos, portanto, um silogismo de terceira figura. Também sabemos como contradizer cada uma de suas partes, a saber: primeiramente, a “Todas as quimeras cospem fogo” se opõe contraditoriamente “Alguma quimera não cospe fogo”, secundamente, a “Toda quimera é animal” se opõe contraditoriamente “Alguma quimera não é animal”, por fim, a “Alguns animais cospem fogo” se opõe contraditoriamente “Todos os animais não cospem fogo”. Vale lembrar que (I) a “Alguma quimera não é animal” se opõe não contraditoriamente “Alguma quimera é animal”, podendo serem ambas verdadeiras; bem como que (II) a “Todas as quimeras cospem fogo” ou “Toda quimera é animal”

se opõem não contraditoriamente a “Nenhuma quimera cospe fogo” ou “Nenhuma quimera é animal”, neste caso não podendo ambas serem verdadeiras, o que é obvio dada a oposição entre as quantidades “Todo” e “Nenhum”. Como sabemos, tal dinâmica está expressa no esquema seguinte:



Podemos dizer, portanto, que em (I) se trata de oposição entre contrárias e em (II) oposição entre subcontrárias. Também está explícito no “quadrado aristotélico” que se a proposição “Todas as quimeras cospem fogo” é verdadeira, também o é a “Alguma quimera cospe fogo”, e se é falsa a proposição “Alguma quimera cospe fogo” também é falsa a “Todas as quimeras cospem fogo”, trata-se agora da relação de subalternação que também vale, evidentemente, para as proposições “Nenhuma quimera cospe fogo” e “Alguma quimera não cospe fogo”.

Tudo isso conduz ao problema de quais princípios regem as relações entre os enunciados declarativos com ou sem quantidade; dentro da silogística tradicional podemos afirmar a verdade dos seguintes princípios para as com quantidade:

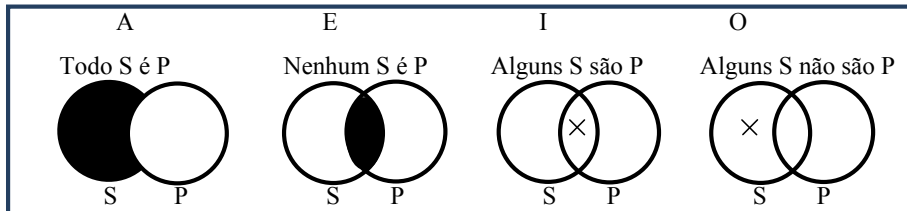
(1) Da contrariedade, ou seja, se a proposição ‘Todo homem é justo’ é verdadeira tem de ser falsa a sua contrária ‘Nenhum homem é justo’.

(2) Da subcontrariedade, ou seja, se a proposição ‘Algum homem é justo’ é verdadeira, a ‘Algum homem não é justo’ pode ser verdadeira ou falsa; bem como se a ‘Algum homem não é justo’ é verdadeira, a ‘Algum homem é justo’ pode ser verdadeira ou falsa.

(3) Da subalternação positiva, ou seja, se a proposição ‘Todo homem é justo’ é verdadeira, também tem de sê-lo a ‘Algum homem é justo’, bem como se ‘Nenhum homem é justo’ é verdadeira, também tem de sê-lo a ‘Algum homem não é justo’. De subalternação negativa, ou seja, se a ‘Algum homem é justo’ é falsa ‘Todo homem é justo’ também tem de sê-lo é verdadeira, bem como se ‘Algum homem não é justo’ é falsa também tem de sê-lo a ‘Nenhum homem é justo’ é verdadeira.

(4) De contradição ou contraditoriedade, ou seja, se a proposição ‘Todo homem é justo’ é verdadeira é necessário que a ‘Algum homem não é justo’ seja falsa; bem como se ‘Nenhum homem é justo’ é necessário que a ‘Algum homem é justo’ seja falsa.

Mas, a partir de tal quadro, podemos compreender mais uma coisa quanto àquele silogismo. Tendo em vista que temos quatro tipos de proposição quantificada



se atribuirmos as letras A, E, I e O, respectivamente, a “Todo S é P”, “Nenhum S é P”, “Alguns S são P” e “Alguns S não são P”, é fácil perceber que se trata de silogismo do tipo A (“Todas as quimeras...”) A (“Toda quimera...”) I (“alguns animais...”). Assim, já podemos fornecer toda a categorização de tal silogismo: quanto à figura, trata-se de um silogismo de terceira figura e, quando ao modo, do modo AAI; no sistema mnemônico estabelecido pelos medievais trata-se de um silogismo dArApI, o que indica sua figura e modo, mas não só isso, como veremos.

Todavia, como já foi mencionado em aula anterior, esse não é o silogismo que Aristóteles considerava o mais científico (vide *Analíticos posteriores*, 93a 1-20), ou seja, não se trata de um silogismo de primeira figura, um silogismo do tipo “MP, SM, logo, SP”; a partir do sistema mnemônico dos medievais, não se trata, por exemplo, de um silogismo bArbArA. Em termos aristotélicos, portanto, seria adequado pensar certo número de regras de conversão que permitissem sair das outras três figuras e chegar na primeira. De qualquer maneira, podemos ter silogismos do modo AAA, EEE, III, OOO, dentre outros, variando nas quatro figuras. Por esse caminho nos encontramos com certa variedade de silogismos possíveis e novamente com a questão de quais seriam os válidos. Em termos combinatórios podemos fazer o seguinte cálculo: primeiramente, temos quatro possíveis figuras, em segundo lugar, temos os quatro tipos de proposições (A, E, I e O) que podem ser combinadas três a três; teríamos, portanto, 4 (referente às quatro possíveis figuras do silogismo) X 4 (referente aos quatro tipos possíveis de premissas menores) X 4 (referente aos quatro tipos de premissas maiores) X 4 (referente aos quatro tipos possíveis de conclusão), isto é, $4 \times 4 \times 4 \times 4 = 256$ possíveis silogismos. Mais quais deles são válidos? Ao menos duas respostas podem ser dadas, a depender da interpretação que utilizarmos, existencial ou hipotética, o número pode chegar a mais ou menos 26 ou cair para apenas 15, é o que explicitam os quadros dos silogismos legítimos feitos por Hegenberg (1975, p. 159): primeiramente o da interpretação hipotética (sem pressuposição de existência e com a possibilidade do conjunto vazio), depois o da existencial (com as pressuposições de existência):

Figura 1	Figura 2	Figura 3	Figura 4
AAA	AEE	AII	AEE
EAE	EAE	EIO	EIO
AII	AOO	IAI	IAI
EIO	EIO	OAO	

Figura 1	Figura 2	Figura 3	Figura 4	Pressuposto
EAO	AEO		EAO ¹	existem S
AAI	EAO			
		AAI OAO	EAO	existem M
			AAI	existem P

Notem que o silogismo dArAptI não consta no primeiro quadro, ou seja, não é válido em uma interpretação hipotética, e aparece no segundo associado ao “Pressuposto” “existem M”; mas voltaremos a esse ponto em Lógica II. De qualquer maneira, junto com aqueles modos e suas quatro figuras com os pressupostos da Lógica Tradicional foi possível chegar às seguintes expressões mnemônicas:

De primeira figura: bArbArA, bArbArI, dArII, cElArEnt, cElArO e fErIO.

De segunda figura: cAmEstrEs, cAmEstrOs, bArOcO, cEsArE, cEsArO e fEstInO.

De terceira figura: dArAptI, dAtIsI, fElAptOn, fErIsOn, dIsAmIs e bOcArDO.

De quarta figura: bAmAllp ou bArAllp, cAmEnEs, fApEsmO, cElAntO ou fEsApO, frEsIsOn ou frEsIsmO, dImAtIs ou dItAbIs, cOlAntO e frIsEsmO.

Com exceção da inclusão do cAmEnEs e as opções bAmAllp, fEsApO, frEsIsOn e dImAtIs, são esses os modos mencionado por Leibniz no *Dissertatio de arte combinatoria*, onde são lembrados os nomes de Galeno, Hospinianus, Averroes, Scotus Erigena e Hobbes, bem como o acréscimo dos modos cElAntO e cOlAntO na quarta figura, sem o que ficaríamos também com 6 modos nesta figura. Vale lembrar que a primeira consoante indica a qual modo da primeira figura cada silogismo das outras figuras pode ser convertido; por exemplo, os silogismos de tipo bArOcO, bOcArDO e bAmAllp podem ser convertidos no modo bArbArA, assim como cEsArE, cAmEstrEs e cAmEnEs podem ser convertidos no modo cElArEnt; além disso, as outras consoantes se referem aos tipos de conversão que devem ser utilizados, ou seja, cAmEstrEs, por exemplo, deve ser convertido ao modo cElArEnt a partir da regra permuta das premissas (trocar a menor pela maior, o que converte EAE em AEE) tendo em vista o uso da consoante “m”.



ATIVIDADE

A partir das letras S, P e M e quantidade correspondente a A, E, I e O, formule silogismos da figura e modo seguintes: primeira figura, AAA, EAE,

AII, EIO, EAO, AAI, segunda figura, AEE, EAE, AOO, EIO, AEO, EAO, terceira figura, AII, EIO, IAI, OAO, AAI, OAO, quarta figura, AAI, AEE, AEO, EAO, EIO, IAI e IEO. Seguindo as mesmas instruções da questão anterior, indique o termo associado e qual pressuposição de existência torna válido o argumento dArAptI. A qual silogismo de primeira figura posso converter os seguintes: fEstInO, dArAptI, fElAptOn, dIsAmIs, dAtIsI, fErIsOn, dImAtIs, fEsApO e frEsIsOn. Crie um silogismo que atenda as seguintes indicações de Aristóteles “Quando é assim, a premissa menor tem que ser não universal e corruptível”. (2010 [*Analíticos posteriores*, 75b 25], p. 267). O que Leibniz diz sobre a conversão dos silogismos de segunda e terceira em primeira figura nos *Novos ensaios*, IV, II? Quais as regras de conversão dos silogismos e, a partir do sistema mnemônico medieval, a quais consoantes elas se referem. Quais suas contribuições para a Lógica Tradicional e quando viveram Alexandre de Afrodisia, Apuleio, Galeno, Hospinianus, Averroes, Scotus Erigena, Hobbes e Leibniz?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADE

Nos referimos a algo que lembre: primeira figura, (A) Todo M é P, (A) Todo S é M, Logo, (A) Todo S é P. Uma rápida olhada nos quadros que citamos a partir do livro de Hegenberg é o suficiente para resolver a outra questão. A outra pode ser resolvida como fizemos com bArOcO para bArbArA ou cEsArE para cElArEnt. Depois, basta compreender as expressões “premissa menor” e “premissa maior” e formula-las na quantidade indicada. O texto de Leibniz mencionado deve ser lido e interpretado. Quanto à penúltima e última perguntas, uma navegação na internet certamente é suficiente.

Baseados no que havia explicitado Boécio (apud ABBAGNANO, 2003, 124A), separamos muito claramente os tipos de raciocínio que envolviam quantidade dos que envolviam condição ou hipótese, ou seja, categóricos e condicionais, e o exemplo que utilizamos destes últimos foi: “[1] Se o aluno estuda (proposição antecedente, ou hipótese), então o aluno aprende (proposição consequente, ou tese); [2] tendo em vista que o aluno aprendeu, então o aluno estudou”. Eram as questões que poderiam ser pensadas quanto a esse o tipo de raciocínio que deveríamos ter em mente para estruturar parte da argumentação de Platão desenvolvida no *Crátilo*, *Timeu* e *Sofista*. Vejamos o primeiro texto que envolvia hipótese ou condição:

Ora, se as coisas não são semelhantes ao mesmo tempo, e sempre, para todo mundo, nem relativas a cada pessoa em particular, [então] é claro que devem ser em si mesmas de essência permanente; não estão em relação conosco, nem na nossa dependência, nem

podem ser deslocadas em todos os sentidos por nossa fantasia [ou imaginação] (*phantasmá*), porém existem por si mesmas, de acordo com sua essência (*ousia*) [ou substância] natural [ou própria]. (*Crátilo*, 386e, p. 149).

Podemos dizer que trata-se de raciocínio condicional do tipo “se E (as coisas não são semelhantes ao mesmo tempo, e sempre, para todo mundo, nem relativas a cada pessoa em particular), então F (é claro que devem ser em si mesmas de essência permanente)” e certamente podemos considerar a afirmação “não estão em relação conosco, nem na nossa dependência, nem podem ser deslocadas em todos os sentidos por nossa fantasia, porém existem por si mesmas, de acordo com sua essência natural” como explicação de “F” e é justamente isso que nos permite entender melhor o que provavelmente Platão queria dizer com “E”. Mas como validar tal hipótese ou raciocínio? Outro texto que envolvia o mesmo tipo de raciocínio era o seguinte:

Ora, (I) se este mundo é belo e for bom seu construtor (demiurgo), sem dúvida nenhuma [então] este fixara a vista no modelo eterno; e se for o que nem poderá mencionar, [então, fixara a vista] no modelo sujeito ao nascimento. Mas para todos nós é mais do que claro que ele tinha em mira o paradigma [ou modelo] eterno; (II) entre as coisas nascidas não há o que seja mais belo do que o mundo, sendo seu autor a melhor das causas. (III) Logo, se foi produzido dessa maneira, terá de ser apreendido pela razão [ou raciocínio] e a inteligência e segundo o modelo sempre idêntico a si mesmo. Nessas condições, necessariamente o mundo terá de ser a imagem [ou cópia] (*eikasía*) de alguma coisa. (*Timeu*, 29 a., p. 65).

Primeiramente, são oferecidas duas hipóteses que parecem ser excludentes, ou (1) o demiurgo “fixara a vista no modelo eterno” ou (2) fixara a vista no “modelo sujeito ao nascimento” e mudança, estando a primeira associada à condição “se este mundo é belo e for bom seu construtor” e a segunda “se for”, talvez de tão distante da beleza ou verdade, “o que nem poderá mencionar” ou dizer. No fim das contas trata-se de raciocínio do tipo ou (1) “se A (“este mundo for belo”) então B (o demiurgo “fixara a vista no modelo eterno”)” ou (2) “se C (este mundo “for o que nem poderá mencionar”) então D (o demiurgo fixara a vista no “modelo sujeito ao nascimento”)”. Segundamente, a validade do raciocínio (1) será garantida pela afirmação “entre as coisas nascidas não há o que seja mais belo do que o mundo” com o adicional “sendo seu autor a melhor das causas”, ou seja, é verdade que “A”, por isso, deve ser verdade que “B”. Mas será que a validade da hipótese inicial está provada se for verdadeiro o antecedente ou o conseqüente? Por fim, a conclusão “Logo, se foi produzido dessa

maneira, terá de ser apreendido pela razão (*lógos*) e a inteligência (*phronésis*) e segundo o modelo sempre idêntico a si mesmo”.

Tal conclusão nos permitiria voltar ao outro texto e supor que ela torna verdadeiro o antecedente “E”, ou seja, o que de fato é deve ser apreendido pela razão e inteligência, é sempre idêntico a si mesmo e ‘não é relativo a cada pessoa em particular’; daí que seja “F”, ou seja, de “essência permanente”; por conseguinte, as coisas que de fato são “não estão em relação conosco, nem na nossa dependência, nem podem ser deslocadas em todos os sentidos por nossa fantasia (*phantasma*)”, ao contrário, “existem por si mesmas, de acordo com sua essência (*ousia*) natural”. Tendo em vista o que dissemos da filosofia de Platão, podemos dizer que tais entes são de fato “ideias”.

Para determinar a validade do raciocínio ao qual reduzimos a argumentação do ateniense, podemos usar o expediente “tabela de verdade” para o conectivo “implicação”, que simbolizamos com “ \rightarrow ”; algo do tipo: $Q(A, B) = ((A \rightarrow B) \wedge A) \rightarrow B$, a demonstração da validade pode ser feita da seguinte maneira:

A	B	$A \rightarrow B$	$(A \rightarrow B) \wedge A$	$((A \rightarrow B) \rightarrow A) \wedge B$	1
Linha 1 coluna 1				Coluna 5	Coluna 6
V	V	V	v V v	v v v V v	2
V	F	F	f F v	f f f V f	3
F	V	V	v F f	v f f V v	4
F	F	V	v F f	v f f V f	Linha 5

Notem que o resultado, apresentado na coluna 5, de $Q(A, B) = ((A \rightarrow B) \wedge A) \rightarrow B$ foi VVVV; trata-se, portanto, de um argumento formalmente válido. Se quiséssemos, utilizando agora o conectivo disjunção exclusiva (\vee), apresentar todo o argumento do segundo texto teríamos algo como $R(A, B, C, D) = (((A \rightarrow B) \wedge A) \rightarrow B) \vee ((C \rightarrow D) \wedge C) \rightarrow D$ cujo resultado será FFFFFFFFFFFFFFFFFF.



ATIVIDADES

- 1) Faça as tabelas de verdade das seguintes proposições complexas: a) $p \rightarrow (p \vee q)$, b) $q \rightarrow (p \vee q)$, c) $(p \wedge q) \rightarrow q$, d) $((p \vee q) \wedge \sim q) \rightarrow p$, e) $((p \rightarrow q) \wedge p) \rightarrow q$, f) $((p \rightarrow q) \wedge \sim q) \rightarrow \sim p$, g) $((p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow r)) \rightarrow (p \rightarrow r)$, h) $(p \wedge \sim p) \rightarrow \sim p$. Diga qual o nome de cada uma dessas leis.
- 2) Qual a principal diferença entre as proposições $P(A, B) = ((A \rightarrow B) \wedge B) \rightarrow A$ e $Q(A, B) = ((A \rightarrow B) \wedge A) \rightarrow B$?

- 3) Qual a principal consequência que tal diferença traria para a argumentação de Platão?
- 4) Qual a principal diferença entre as proposições $R(A, B, C, D) = (((A \rightarrow B) \wedge A) \rightarrow B) \vee (((C \rightarrow D) \wedge C) \rightarrow D)$ que se vale de disjunção exclusiva e $S(A, B, C, D) = (((A \rightarrow B) \wedge A) \rightarrow B) \vee (((C \rightarrow D) \wedge C) \rightarrow D)$ que se vale da disjunção simples?
- 5) Qual a principal consequência que tal diferença traria para a argumentação de Platão?
- 6) Em termos de possíveis valores de verdade, qual a diferença entre as proposições “pode chover ou ventar” e “pode ter nascido na Bahia ou em Sergipe”?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A primeira, terceira e última perguntas devem ser respondidas a partir da construção das respectivas tabelas de verdade, a segunda e quarta exigem a compreensão das consequências que os resultados das tabelas trariam para a formalização que fizemos, talvez uma releitura formalizando e esquematizando os textos citados ajude a compreender as consequências.

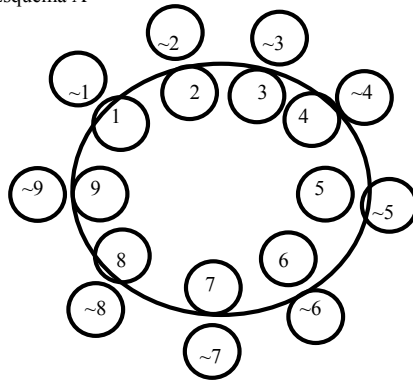
Na nossa interpretação a validade daquela argumentação decidia parte das questões levantadas no *Crátilo* quanto ao fato de se os nomes podem se referir ao imutável ou não, eles poderiam sim significar o que de fato existe desde que a definição a eles associadas alcançasse uma ideia, um universal, e também por isso assumimos que as definições eram as unidades mínimas de sentido. Também assumimos que o diálogo *Sofista* era o mais indicado para uma boa compreensão do que seja o método dialético definitório; nele encontramos o seguinte início e conclusão:

[I] O que, então, de mínimo poderíamos propor-nos, que fosse fá cil de conhecer, comportando, entretanto, uma definição tão trabalhosa quanto a de qualquer outro assunto mais importante? (...)

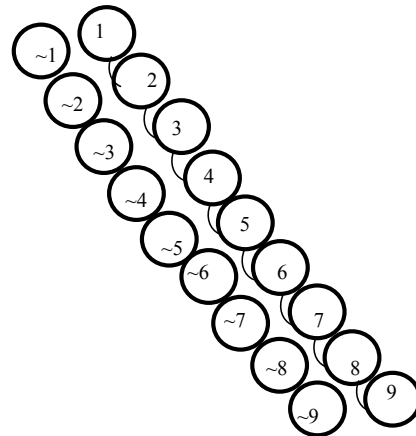
[II] Chegamos, pois a um acordo, tu [Teeteto] e eu [Estrangeiro], a respeito de pesca por anzol; e não apenas a respeito do seu nome mas, sobretudo, relativamente a uma definição que nos propusemos sobre seu próprio objeto. Na realidade, consideradas as artes em seu todo, uma metade inteira era a aquisição; na aquisição havia a arte de captura, e, nesta, a caça. Na caça, a caça aos seres vivos, e nesta a caça aos aquáticos. Da caça aos aquáticos, toda a última divisão constitui-se da pesca, e na pesca, há a pesca vulnerante e nela a pesca por fiska. Nesta última, a que golpeia de baixo para cima, por tração ascendente do anzol, recebeu seu nome de sua própria maneira de proceder: chama-se (...) pesca por anzol - e essa era a própria forma que procurávamos. (PLATÃO, 1972 [*Sofista* 221b], pp. 142-3).

Assim, o diálogo começa pela construção de uma definição auxiliar que deve servir de modelo para o trabalho de definir, posteriormente, o que é o sofista. Trata-se de um método exaustivo, por isso o uso de expressões como “em seu todo” e “uma metade inteira”, a partir do qual a uma pergunta que enuncia dois termos, por isso perguntas do tipo “Mas não há duas formas de aquisição?”, o interrogado só pode dar assentimento a um, formando uma cadeia de termos aos quais o interrogado foi dando assentimento, por isso a lembrança do acordo na conclusão. Neste caso poderíamos chegar aos seguintes esquemas:

Esquema A



Esquema B



Obs.: com “~” simbolizamos a negação.

Como resposta à pergunta “O que é o pescador por anzol?” é construída uma definição do tipo seguinte: dentro da multidão de praticantes de uma determinada arte (1), ele é um adquiridor (2), por captura (3), um caçador (4), de seres animados (5), que nadam ou voam (6), que são peixes (7), exercendo sua prática de dia (8) e com anzol (9). Não é um desconhecedor de uma arte (~1), não é um produtor (~2), não exerce a troca (~3), não é um lutador (~4), não caça seres inanimados (~5), não caça seres animados que não nadam ou não voam (~6), não caça seres que não sejam aquáticos (~7), não exerce sua prática de noite (~8), não fere sua presa com o tridente ou de cima para baixo (~9). Seguimos aqui as observações feitas em o *Sofista* 264e e 268d.



ATIVIDADE

Esquematize a argumentação de Platão desenvolvida no diálogo *Político* 279a-287b e argumente sobre as semelhanças e diferenças quanto à definição do pescador com anzol do *Sofista*. Como você associaria o

encadeamento dialético de uma definição e a noção hegeliana de dialética? Tente construir uma argumentação que associe o esquema (B) que utilizamos para caracterizar o jogo dialético ao mito ou alegoria da caverna. Onde exatamente se encontra o mito da caverna? A partir do Da interpretação 16a 20 Aristóteles está mais para a opinião de Crátilo ou de Hermógenes (por que)? Qual a diferença de opinião quanto ao jogo e alcance da dialética para Platão e Aristóteles?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADE

Com exceção das questões referentes ao Político, ao mito ou alegoria da caverna e ao Da interpretação, que devem ser feitas a partir da leitura e análise dos textos, as outras questões podem ser respondidas a partir de investigação sobre a palavra ou verbete “dialética”.

CONCLUSÃO

Gostaríamos de finalizar essa aula lembrando que aquele paradigma e exercício didático realizado no Sofista era apenas o começo do que se devia alcançar com a verdadeira dialética, ou como asseverava o próprio Platão:

(...) quem se vale da Dialética: sem nenhuma ajuda dos sentidos externos e com o recurso exclusivo da razão, tenta chegar até à essência das coisas, sem parar enquanto não apreende com o pensamento puro o bem em si mesmo. Com isso, atinge o limite do cognoscível (...). (PLATÃO, 2000 [*República*, 532a], p. 344).

Acabamos, assim, de conhecer duas maneiras diferentes de argumentar sobre a necessidade de o mundo ter substância, a platônica e a aristotélica, de conhecer, com uma grande variedade de expedientes técnicos distintos, duas diferentes soluções para o problema do significado ou do sentido. Dito deste modo, os aforismos 2.0211 e 5.123 do *Tractatus logico-philosophicus* referente à necessária associação entre sentido (*Sinn*) e substância do mundo se insere em uma longa lista de filosofias que ofereciam solução para o problema do sentido e da verdade e claro que Platão e Aristóteles foram nomes destacados em tal lista.

Também assistimos à liberação de um vasto conteúdo que se tornou objeto dessa nova disciplina chamada Lógica, vários novos problemas que exigirão a criação de outras tantas novas técnicas e esquematizações que só verão suas bases de fato serem abaladas em meados do século XIX, é justamente sobre uma parte desses problemas, técnicas e o que ocorre naquele século que versarão as próximas aulas.



RESUMO

Com a aula *Síntese das aulas anteriores (1): problematização e esquematização do que foi estudado até o momento* pretendemos finalizar a primeira unidade de Lógica I. Dividimos nossa síntese em três grandes partes: primeiro retomaremos a última aula sobre a silogística aristotélica e exploraremos um pouco mais esquemas que explicitam como deve ser pensada a validade dos silogismos; depois discutiremos a formalização de alguns argumentos condicionais a partir de determinada interpretação de partes dos textos de Platão, exploraremos seus aspectos formais, perguntando, evidentemente, por sua validade; por fim, esquematizaremos parte do jogo dialético presente no diálogo *Sofista*.



AUTOAVALIAÇÃO

Li e me informei suficientemente sobre o conteúdo da aula “Síntese das aulas anteriores (1): problematização e esquematização do que foi estudado até o momento”? Fui capaz de praticar a silogística aristotélica e acompanhar, esquematizando, parte do jogo dialético platônico? Compreendi a relação entre linguagem e a realidade em Aristóteles e Platão e o que isso pode ter a ver com os aforismos 2.0211 e 5.123 do *Tractatus*? Refleti o suficiente sobre os princípios tradicionais que regem as oposições entre proposições quantificadas ou não e a diferença entre enunciados condicionais e categóricos? Compreendi bem o que de fato pode significar uma refutação ou levar um argumento à contradição? Fui capaz de assimilar as bases da silogística aristotélica ou lógica tradicional?



PRÓXIMA AULA

Trataremos das concepções da lógica como ciência de descobrir (*scientia inveniendi*) formas de argumentos e como ciência de julgar (*scientia dijudicandi*) sua validade.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ARISTÓTELES. **Órganon**. Trad. Edson Bini. Bauru: São Paulo: EDIPRO, 2010.
- DINUCCI, Aldo. “Caracterização, indemonstrabilidade ontológica e demonstrabilidade indireta do princípio de não contradição em Aristóteles”. **In: Kalagatos**, v. 2, n. 3, pp11-36, 2005.
- HEGENBERG, Leônidas. **Lógica, simbolização e dedução**. São Paulo: EDUSP, 1975.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Novos ensaios sobre o entendimento humano**. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1984.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Scritti di logica (I-II)**. Trad. Francesco Barone. Roma: Bari: Ed. Laterza, 1992.
- PLATÃO. **Diálogos (Sofista e Político)**. Trad. Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1972.
- PLATÃO. **República**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000.
- PLATÃO. **Timeu**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2001.
- RUSSELL, Bertrand. **Lógica e conhecimento (e outros)**. Trad. Pablo Ruben Mariconda. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1974.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 1993.